



BOLETIM OFICIAL de São Francisco do Sul

Edição 468

São Francisco do Sul, 17 de julho de 2017

Assessoria de Comunicação

Boletim Oficial

DECRETOS

DECRETO Nº 2.629, DE 20 DE JUNHO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.878, DE 20 DE JUNHO DE 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.878, de 20 de junho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial no valor R\$234.750,00 (duzentos e trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta Reais) ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com o inciso I e III, art. 9º, a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017, combinado com o inciso II, §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

11 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável

11.04 – Gerência de Esporte

1042 – Obras de Infraestrutura para o Esporte

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimento

4490000.000 – Aplicações Diretas

01340000 – Transferências Convênios União Outros.....R\$ 234.750,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 4º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de provável excesso de arrecadação dos recursos de Transferência de Convênio União outros - 24719900020000 – com a fonte de recursos 01340000 – Transferências Convênios União Outros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 20 de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,

Finanças e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.631, DE 3 JULHO DE 2017.

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e com fulcro no art. 4º, da Lei Municipal nº 717, de 14 de maio de 2009, que dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas "a", "b", e "c", do inciso I, alíneas "a" e "b", do inciso II, alínea "b", do III, e alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", do inciso IV, ambos do art. 1º, do Decreto nº 2.283, de 14 de julho de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

I - REPRESENTANTES DA SAÚDE:

a) ENFERMAGEM:

1. Titular: Jeanine Souza E Silva;

2. Suplente: Emanuela Kutelak;

b) MÉDICO E AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

1. Titular: Renata Limoni;

2. Suplente: Jenifer Cristina Correa;

c) ODONTÓLOGOS:

1. Titular: Adréa Laureano Soares;

2. Suplente: Mariana Souza Silva;

d) FARMACÊUTICO E PSICÓLOGO:

1. Titular: Juliana Lilly Bruns Negrini;

2. Suplente: Anaracy Cabral;

DECRETO Nº 2.631, DE 3 JULHO DE 2017.

II - REPRESENTANTES DO GOVERNO:

a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

1. Titular: Aline Mamede;

2. Suplente: Michele Evanir Campos Antunes;

b) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE:

1. Titular: Nádia Moreira Raposo;

2. Suplente: Vinicius Aniceto Maia Da Silva;

III - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

a) REDE FEMININA:

1. Titular: Marly Verbinen Nickel;

2. Suplente: Neusa Ferreira da Rosa;

b) INSTITUTO IDEAS:

1. Titular: Danilo Campos Pavarine;

2. Suplente: Henrique de Souza Schultz;

IV - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

a) COMUNIDADE TERAPÊUTICA ABRIGO DIVINA MISERICÓRDIA:

1. Titular: Carlos Eduardo Freitas do Rosário;

2. Suplente: Eduardo Luiz Valentim do Rosário;

b) ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DO BAIRRO DO IPEROBA:

1. Titular: Jardel Carlos Lacerda;

2. Suplente: Joice Maria Gieseler;

c) LIONS CLUBE:

1. Titular: Ismael De Freitas;

2. Suplente: Mário Lemos Rodrigues;

d) ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ROCIO PEQUENO:

1. Titular: Luciane Garcez;

2. Suplente: Amilton Francisco Garcez;

e) INDIGENAS:

1. Titular: Nirio da Silva;

2. Suplente: Marines da Silva;

f) ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS:

1. Titular: José Wilson Della Giustina;

2. Suplente: Eulália de Oliveira;

g) AMASANDRAREGINA – ASSOC. DE MORADORES DO SANDRA REGINA:

1. Titular: Solange de Fátima Pereira;

2. Suplente: Rose Morfadini;

h) ASSOCIAÇÃO DE MORADORES TRÊS CORAÇÕES:

1. Titular: Janet da Silva Pibernat;

2. Suplente: Jair Sant'ana;

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 3 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

NÁDIA MOREIRA RAPOSO

Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 2.632, DE 3 JULHO DE 2017.

CONVOCA A IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM O TEMA "VIGILÂNCIA EM SAÚDE".

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal nº 8.142/1990;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Saúde de São Francisco do Sul deliberou pela realização da IX Conferência Municipal de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a IX Conferência Municipal de Saúde do Município de São Francisco do Sul para o dia 5 de agosto de 2017, com o tema "Vigilância em Saúde".

Art. 2º A Conferência será presidida pela Secretária Municipal de Saúde e coordenada pela Comissão Organizadora eleita pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 3º As normas de organização e funcionamento da conferência, serão estabelecidas em Regimento Interno criado especificamente, sendo este deliberado pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS.

Art. 4º As despesas com a organização e a realização da IX Conferência Municipal de Saúde correrão por conta de recursos orçamentários do Fundo Municipal de Saúde – FMS ao Conselho Municipal de Saúde.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 3 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

NÁDIA MOREIRA RAPOSO

Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 2.633, DE 3 DE JULHO DE 2017.

ALTERA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e com fulcro no art. 4º da Lei nº 717, de 14 de maio de 2009, que dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências, e considerando que o Conselho Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, aprovou em 4 de novembro de 2016, as alterações do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, de acordo com o Anexo Único, do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.605, de 1º de junho de 2012.

São Francisco do Sul - SC, 3 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

NÁDIA MOREIRA RAPOSO

Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
SECRETARIA DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



RESOLUÇÃO nº 009, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC, em sua reunião extraordinária, realizada no dia 4 de novembro de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142 de, 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto nº 5.509 de, 11 de julho de 2006, pela Lei Municipal nº 717 de 14 de maio de 2009, e Decreto nº 1505, DE 1º DE JUNHO DE 2012.

RESOLVE:

Aprovar as alterações de Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde que passa a ter a seguinte redação:

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (RICMS) – SÃO FRANCISCO DO SUL

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO

Art. 1º O presente Regimento Interno dispõe sobre as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, CMS, regulamentado pela Lei Federal 8.142/1990, pela Lei Municipal nº 717/2009 e de acordo com a Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, em caráter permanente, é órgão colegiado deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações de saúde vinculadas ao SUS – Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 3º O CMS no exercício de suas atribuições propugnará para que a saúde seja direito de todos, mediante a execução de políticas públicas de cunho econômico, social, ambiental e outras, que visem a prevenção e a eliminação do risco de doenças e outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 4º Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são atribuições e competências do CMS:

I - definir as prioridades de saúde;

II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde;

III - atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde;

IV - Implementar a mobilização e articulação contínuas da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS, garantindo o controle social da saúde;

V - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

VI - propor critérios para a programação e para a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde (FMS), acompanhando e aprovando a movimentação e o destino dos recursos;

VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde prestados à população pelas entidades públicas e privadas integrantes do SUS no Município, tomando como base, se necessário, estudos ou avaliações elaboradas por instituições e/ou técnicos, vinculados ou não ao Município, disponibilizados pelo Gestor;

VIII - definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e entidades privadas de saúde, no que tange a prestação de serviços de saúde, obedecendo o artigo 159 inciso 1º da Constituição Federal;

IX - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

X - estabelecer diretrizes gerais e aprovar parâmetros municipais quanto à política de recursos humanos para a saúde;

XI - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da saúde;

XII - divulgar suas ações através de diversos mecanismos de comunicação social;

XIII - realizar Conferência Municipal de Saúde a cada 2 (dois) anos com o objetivo de eleger os novos Conselheiros Municipais de Saúde, além de avaliar a política municipal de saúde e propor diretrizes e ações para o funcionamento do SUS no âmbito do Município;

XIV - examinar propostas e denúncias, responder a consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saúde, bem como apreciar recursos e respeito de deliberações do CMS;

XV - Propor e aprovar critérios para a programação, avaliação, aprovação e acompanhamento da proposta orçamentária do FMS e sua programação financeira, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, (artigo 155, § 2º, da Constituição Federal), observando o princípio do processo de planejamento e organização ascendentes (artigo 36, da Lei Federal Nº 8.080/90);

XVI - Fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da saúde, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, os transferidos do Estado e da União e os próprios do Município.

XVII - Analisar, discutir, aprovar ou rejeitar os Relatórios de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde, dos Hospitais Públicos e hospitais credenciados ao SUS, e dos demais Prestadores de Serviços do SUS no Município, com as respectivas prestações de contas e informações financeiras complementares, repassando tempo hábil aos conselheiros, acompanhadas do devido assessoramento técnico.

XVIII - Estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais conselhos e colegiados municipais como os de Assistência Social, da Mulher, Meio Ambiente, da Pessoa com deficiência, Educação, Turismo, Agricultura, Idosos, Criança e adolescente e outros, com reuniões trimestrais.

XIX - exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

XX - efetivar a capacitação continuada dos conselheiros do CMS.

XXI - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno e dos Conselhos Locais de Saúde; elaborar ou propor alterações no Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

XXII - alterar e aprovar o regimento e/ou o regulamento e acompanhar o cumprimento das ações propostas nas Conferências Municipais de Saúde;

XXIII - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e sobre eles deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

XXIV - proceder à revisão periódica do Plano Municipal de Saúde;

XXV - estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a direção da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade;

XXVI - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar os índices de denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente;

XXVII - examinar propostas e denúncias de índices de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias;

XXVIII - apoiar e promover a educação para o controle social, constando do conteúdo programático os fundamentos técnicos da saúde, a situação epidemiológica, a organização do SUS, a situação real de funcionamento dos serviços do SUS, as atividades e competências do CMS, bem como a legislação do SUS, suas políticas de saúde, orçamento e financiamento;

XXIX - Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistêmico com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXX - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXXI - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXXII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXXIII - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho Municipal de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS)

Parágrafo Único - Para atender aos objetivos do Conselho Municipal de Saúde, serão levadas em consideração as prioridades estabelecidas nos Conselhos Locais de Saúde existentes ou a serem organizados.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O CMS será composto por 16 membros e terá composição quadripartite em relação aos segmentos que lhe compõem. Quanto ao número de conselheiros será paritário com 50% de conselheiros representantes do segmento de usuários do SUS em relação aos demais segmentos.

Art.6º O CMS será composto de:

I - 50% de representantes do segmento usuários, atuando no âmbito municipal;

II - 25% de representantes do segmento profissionais de saúde, atuando no âmbito Municipal;

III - 25% dividido entre representantes do segmento do Poder Executivo Municipal e prestadores de serviços do SUS no âmbito Municipal.

Parágrafo Primeiro - O CMS deverá cobrar dos profissionais de saúde, que se reúnam previamente para indicar seus representantes na conferência municipal de saúde.

Parágrafo Segundo - O CMS será integrado por pessoas pertencentes aos quadros dos seguintes entes públicos, entidades, associações e categorias profissionais:

- Usuários: representantes de toda e qualquer associações, sindicatos, segmentos religiosos, movimentos comunitários, clubes de serviço, da 3ª idade e outras entidades comunitárias com personalidade jurídica. Na representação de 50% dos Usuários, 25% deverá ser preenchido com membros dos Conselhos Locais de Saúde respeitando a mesma representação;
- Profissionais da Saúde: representantes de qualquer categoria de profissionais de saúde, atuantes no município, desde que organizados juridicamente;
- Poder Executivo Municipal: um representante da Secretaria de Saúde e um representante indicado pelo Poder Executivo;
- Prestadores de Serviço: somente representante do prestador de serviço com personalidade jurídica, conveniado e/ou credenciado junto ao SUS.

Parágrafo Único - Caso não haja no Município categorias organizadas juridicamente poderão os profissionais reunirem-se em assembleia para indicar seus representantes, apresentando lista de presença e ata da reunião, devidamente aprovada pela categoria, ao CMS ou a Conferência Municipal de Saúde, conforme o caso;

Art. 7º As entidades que compõem o CMS deverão apresentar, obrigatoriamente, no 1º trimestre do ano posterior a sua eleição, relatório anual de suas atividades como documento comprobatório de pleno funcionamento.

Art. 8º Haverá um suplente para cada titular do CMS, cuja indicação será feita pela mesma entidade do titular, e que exercerá o mandato em decorrência do afastamento ou eventual impedimento legal do membro titular, podendo participar das reuniões sem direito a voto ou com este direito na ausência do titular.

Art. 9º O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante e garantindo-se ao seu ocupante a dispensa do trabalho sem quaisquer prejuízos durante o período das reuniões, capacitações técnicas e desenvolvimento de ações específicas do CMS.

CAPÍTULO IV
DAS INDICAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

Art. 10. A eleição das entidades que compõem o Conselho dar-se-á pelo voto

direito dos delegados do seu respectivo segmento durante a realização da Conferência Municipal de Saúde, programada para ocorrer a cada dois anos, não havendo conferência municipal de saúde a eleição das entidades deverá ocorrer em fórum próprio.

§ 1º A entidade eleita indicará o Conselheiro e o seu Suplente para cumprir um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por, somente, mais um mandato de igual período, e em nenhum dos casos deverá coincidir com o mandato do Governo Municipal.

§ 2º Os membros do CMS poderão ser substituídos a qualquer momento, mediante solicitação da entidade que representa dirigida ao Presidente do CMS.

Art. 11. Em caso de vacância durante o mandato, a entidade será substituída por outra, do mesmo segmento, com maior número de votos obtidos dentre as entidades cadastradas na Conferência Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - Não havendo entidade cadastrada na Conferência, o Conselho poderá aprovar uma entidade avulsa, mantendo a paridade.

Art. 12. O Presidente, Vice-Presidente e Secretário serão eleitos pelo voto direto dos Conselheiros na primeira reunião do Plenário após a posse, para mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma vez, por igual período.

§ 1º Na ausência ou impedimento do Presidente do CMS, o mesmo será substituído pelo Vice-Presidente e na ausência deste, pelo Secretário.

§ 2º Todos os membros titulares, que tenham no mínimo um ano de conselho, são candidatos e poderão concorrer aos cargos da Mesa Diretora.

Parágrafo 3º - Em caso de vacância da Presidência a mesma será ocupada pela Vice Presidência. O Secretário(a) passa então a ser Vice Presidente e haverá eleição para novo(a) Secretário(a), cabendo ao Plenário, no prazo de trinta (30) dias, eleger novo membro para o cargo vago.

Parágrafo 4º Recomenda-se que, para garantir a autonomia deste conselho, nem o Secretário, nem conselheiros do segmento Governamental sejam eleitos para a Mesa Diretora.

Art. 13. O Secretário Municipal de Saúde é membro nato do CMS no segmento do Poder Executivo Municipal.

Art. 14. Os membros titulares e suplentes do CMS serão nomeados por Portaria pelo Prefeito Municipal, mediante indicação das respectivas entidades eleitas na Conferência Municipal de Saúde ou órgãos e categorias profissionais que representam, encaminhadas ao executivo por ofício pela Secretaria Executiva do CMS.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO

O Executivo através da Secretaria Municipal de Saúde garantirá autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria executiva com a necessária infra-estrutura e apoio técnico.

I - cabe ao Conselho Municipal de Saúde deliberar em relação à sua estrutura administrativa e o quadro de pessoal;

II - o Conselho Municipal de Saúde contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico e administrativo, subordinada ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão;

III - o Conselho Municipal de Saúde decide sobre o seu orçamento;

IV - o Plenário do Conselho Municipal de Saúde se reunirá, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, e terá como base o seu Regimento Interno. A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de 7 (sete) dias;

V - as reuniões plenárias do Conselho Municipal de Saúde são abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade;

VI - o Conselho Municipal de Saúde exerce suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que, além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei no 8.080/90, instalará outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho de conselheiros para ações transitórias. As comissões poderão contar com integrantes não conselheiros;

VII - o Conselho Municipal de Saúde constituirá uma Mesa Diretora eleita em Plenário, respeitando a paridade expressa nesta Resolução;

VIII - as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão adotadas mediante quórum mínimo (metade mais um) dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais nos quais se exija quórum especial, ou maioria qualificada de votos;

a) entende-se por maioria simples o número inteiro imediatamente superior à metade dos membros presentes;

b) entende-se por maioria absoluta o número inteiro imediatamente superior à metade de membros do Conselho;

c) entende-se por maioria qualificada 2/3 (dois terços) do total de membros do Conselho;

IX - qualquer alteração na organização do Conselho Municipal de Saúde preservará o que está garantido em lei e deve ser proposta pelo próprio Conselho e votada em reunião plenária, com quórum qualificado, para depois ser alterada em seu Regimento Interno e homologada pelo gestor da esfera correspondente;

X - a cada três meses, deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano municipal de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com o art. 12 da Lei no 8.689/93 e com a Lei Complementar no 141/2012;

XI - o Conselho Municipal de Saúde, com a devida justificativa, buscará auditorias externas e independentes sobre as contas e atividades do Gestor do SUS; e

XII - o Pleno do Conselho Municipal de Saúde deverá manifestar-se por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos.

As resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo chefe do poder constituído em cada esfera de governo, em um prazo de 30 (trinta) dias, dando-se-lhes publicidade oficial. Decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a resolução e nem enviada justificativa pelo gestor ao Conselho Municipal de Saúde com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, as entidades que integram o Conselho Municipal de Saúde podem buscar a validação das resoluções, recorrendo à justiça e ao Ministério Público, quando necessário.

Art. 15. - O Conselho Municipal de Saúde será coordenado por uma Mesa Diretora, eleita entre seus membros titulares para um período de dois (2) anos, composta de Presidente, Vice Presidente e Secretário(a).

Art.16. - A Mesa Diretora será responsável:

I - Pela convocação, efetivação e coordenação de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do órgão;

II - Por todos os assuntos administrativos, econômico-financeiros e operacionais, submetidos à apreciação e deliberação do plenário do CMS;

III - Pelo encaminhamento de todas as solicitações de providências, resoluções, recomendações e moções determinadas pelo Plenário;

IV - Pela Organização da pauta das reuniões e seu encaminhamento com antecedência aos conselheiros;

V - Por dar ciência ao Conselho de todas as correspondências recebidas e expedidas;

VI - Por dar amplo conhecimento público de todas as atividades e deliberações

do CMS;

VII - Por autorizar o exercício de direito de voz ao público que estiver presente nas reuniões do CMS;

VIII - Por publicar as datas das realizações das reuniões ordinárias e extraordinárias e enviar convite aos conselheiros para participação;

IX - Por orientar a criação de mecanismos para acolher as denúncias, reivindicações e sugestões de entidades e instituições ou de qualquer pessoa interessada.

Art. 17. São atribuições do Presidente:
 Sem prejuízo de outras funções que lhe forem conferidas:

I - Representar o CMS junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, sociedade civil e jurídica em geral;

II - Coordenar as assembleias do CMS;

III - Criar mecanismos para pôr em prática as deliberações emanadas das assembleias;

IV - Convocar as assembleias ordinárias ou extraordinárias;

V - Apreciar e aprovar a pauta nas reuniões da mesa diretora;

VI - Dirigir e orientar as discussões, concedendo a palavra aos conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimentos;

VII - Resolver as questões de ordem;

VIII - Promover e regular o funcionamento do CMS, como responsável pela sua administração, solicitando às autoridades competentes, as providências e recursos necessários para atender aos seus serviços;

IX - Exercer, nas assembleias, o direito de voto de qualidade, no caso de empate;

X - Corresponden-se em nome do CMS;

XI - Assinar as Resoluções, observando o disposto no Artigo 31 deste Regimento;

XII - Decidir, "ad referendum", com a Mesa Diretora, acerca de assuntos emergenciais, informando antecipadamente o assunto aos conselheiros, por meio eletrônico e submetendo o seu ato à deliberação do Plenário, em assembleia subsequente;

Art. 18 – São atribuições do Vice Presidente, substituir o presidente em suas faltas e impedimentos legais e desempenhar outras funções que lhe forem delegadas.

Art. 19 – São atribuições do secretário:

I – Auxiliar o Presidente do CMS na condução do plenário;

II – Acompanhar o andamento das comissões permanentes ou transitórias e grupos de trabalho formados pelo CMS;

III – Acompanhar, via Secretaria executiva, as deliberações do Plenário do CMS;

IV – Substituir o Vice Presidente em suas faltas legais e impedimentos.

Art. 20 – O CMS contará com uma Secretaria-executiva que funcionará como suporte técnico administrativo às suas atribuições.

Parágrafo único. A Secretaria executiva é órgão vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, tendo por finalidade apoiar técnica e administrativamente o CMS, as Comissões e Grupos de Trabalho.

Art. 21 – Compete à Secretaria executiva:

I – Executar os trabalhos de natureza administrativa do CMS;

II – Instruir processos e encaminhá-los aos setores competentes e à Mesa Diretora;

III – Organizar para aprovação da Mesa Diretora a pauta das assembleias;

IV – Tomar providências necessárias à instalação e funcionamento das assembleias do CMS;

V – Manter articulação com órgãos técnicos e administrativos da Secretaria Municipal de Saúde e demais secretarias;

VI – Auxiliar a Mesa Diretora durante as assembleias e prestar esclarecimentos, durante o debate, sem direito de voto;

VII – Elaborar as atas das assembleias do CMS;

VIII – Organizar a documentação e o banco de dados do CMS;

IX – Encaminhar convocações e correspondências devidas;

X – Organizar e dar encaminhamento para publicação das deliberações do CMS;

XI – Atualizar e cobrar os meios de comunicação do CMS e o portal da Prefeitura;

Art. 22 – Os recursos humanos a serem utilizados na Secretaria executiva do CMS deverão ser profissionais de carreira da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

I – O Governo Municipal garantirá autonomia para o funcionamento do CMS;

II – Proporcionar infra-estrutura e recursos necessários para o cumprimento de suas funções;

III – Garantir orçamento específico, espaço físico, assessoramento técnico;

IV – No prazo de 60 (sessenta) dias, após a eleição do novo Conselho o

mínima de sete dias consecutivos;

III – Cada membro titular, ou suplente em substituição ao titular, terá direito a um único voto no Plenário;

IV – O período de duração de cada reunião será de no máximo duas horas, contendo o horário que se iniciou, exceto quando o Plenário julgar necessária a prorrogação;

V – No edital de convocação para reunião ordinária ou extraordinária do CMS deverá constar a ordem do dia;

VI – O calendário das reuniões de cada ano deverá ser aprovado na última reunião do ano anterior;

VII – Após o presidente submeter o assunto previsto à apreciação do plenário, será estabelecido tempo para apresentação do mesmo. Esclarecido o plenário suficientemente esclarecido, o assunto será submetido à votação;

VIII – Caso o assunto seja polêmico e não seja concluído dentro do prazo previsto, o plenário julgará se necessário ou não a sua inclusão na ordem do dia da próxima reunião;

IX – O Presidente do Conselho terá apenas o voto de qualidade, quando houver empate;

X – O Presidente do Conselho poderá deliberar "ad referendum" da Plenária do Conselho em casos de urgência, devendo encaminhar essas deliberações ao plenário do Conselho na reunião seguinte, para serem aprovadas e homologadas; (Exceto documentos que necessitem deliberações e avaliações prévias do Plenário)

XI – As reuniões do CMS serão abertas ao público que terá direito a voz, de acordo com o artigo 16 inciso VII deste regimento.

Art. 29. A ordem dos trabalhos será assim distribuída:

I – Leitura, discussão e aprovação da Ata da reunião anterior ou aprovação da ata anterior quando a mesma tiver sido apresentada eletronicamente aos conselheiros com antecedência;

II – Leitura, discussão e deliberação da ordem do dia;

III – Assuntos de ordem geral.

Parágrafo Único - A ordem do dia será estabelecida previamente pelo Presidente passando-a para os Conselheiros com, no mínimo, cinco dias de

antecedência. Havendo assuntos para aprovação deverão ser de conhecimento antecipado dos conselheiros.

Art. 30. As entidades que indicarem os membros do Conselho Municipal de Saúde deverão substituí-los caso falem, sem motivo justificado, a três reuniões consecutivas ou a seis reuniões intercaladas, no período de um ano.

§ 1º Em caso de ausência do Conselheiro titular, deverá o mesmo providenciar a comunicação ao suplente para substituí-lo.

§ 2º As faltas deverão ser justificadas formalmente, até vinte e quatro (24) horas antes da reunião seguinte.

CAPÍTULO VIII DAS COMISSÕES

Art. 31. Para melhorar o desempenho de suas atividades, o CMS criará Comissões, constituídas por membros do Conselho, de caráter permanente ou temporário, cujos trabalhos e resultados serão apreciados pelo Plenário.

§ 1º As Comissões sintetizam grupos de trabalho, cuja essência é o assessoreamento do Plenário, tendo seus objetivos, competência, composição e prazo de duração estabelecidos em resolução do CMS que as criar, obedecendo ao princípio da paridade.

§ 2º As comissões de trabalho deverão indicar suplências, respeitando o princípio da paridade e cuja composição será definida em votação por maioria simples da plenária.

§ 3º Para melhor organização e andamento dos trabalhos, cada comissão deverá escolher, dentre os seus integrantes, as funções de coordenador e relator de cada matéria específica.

a) O Coordenador tem a função de presidir os trabalhos, convocar as reuniões, dirigindo as discussões e definindo atividades pertinentes.
b) O Relator de cada matéria específica das comissões fará a exposição das conclusões e deliberações em plenária do Conselho.

§ 4º A Secretaria Executiva do Conselho deverá prestar assessoria aos trabalhos desenvolvidos pelas comissões constituídas.

Art. 32. Os membros conselheiros, designados pela plenária para atuar no âmbito das comissões, serão, de preferência, os titulares.

Art. 33. Os membros conselheiros poderão atuar no máximo em duas comissões permanentes.

CAPÍTULO IX

DAS DECISÕES

Art. 34. O Pleno do Conselho deverá manifestar-se por meio de resoluções, recomendações, moções e/ou outros atos deliberativos.

§ 1º As resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo Secretário Municipal de Saúde ou pelo Chefe do Poder Executivo em um prazo de 30 (trinta) dias, dando-lhes publicidade oficial.

§ 2º Decorrido o prazo mencionado no § 1º e não sendo homologada a resolução, nem enviada ao Conselho justificativa com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, o Conselho de Saúde deve buscar a validação das resoluções, recorrendo, quando necessário, ao Ministério Público.

§ 3º As resoluções do CMS somente poderão ser revogadas pelo plenário.

§ 4º O CMS terá a responsabilidade de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução dessas resoluções.

Art. 35. A discussão de matéria constante da Ordem do Dia poderá ser adiada por deliberação do Conselho, mediante pedido de vistas da matéria por quaisquer membros, desde que devidamente justificada.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. Aos conselheiros, quando em representação do CMS, será assegurado o direito ao pagamento de passagens e diárias equivalentes ao padrão usual do quadro geral dos funcionários da Prefeitura Municipal, bem como ao pagamento de taxas de inscrição em cursos, congressos, seminários, encontros, conferências, palestras e outros eventos ligados aos objetivos do Conselho.

Art. 37. O CMS quando entender oportuno poderá, por deliberação de seus membros e através da mesa diretora, convidar para participar de suas reuniões e atividades técnicas ou representativas de instituições ou da sociedade civil, com a finalidade de subsidiarem as discussões e decisões do plenário.

Art. 38. A ampliação, redução ou qualquer alteração na composição do Conselho Municipal de Saúde só poderá ocorrer na Conferência Municipal de Saúde.

Art. 39. A alteração deste Regimento Interno só se dará por iniciativa de 1/3 dos Conselheiros e deliberados pelo plenário, mediante aprovação por 2/3 dos Conselheiros Titulares para posterior alteração legal.

§ 1º As propostas de alteração total ou parcial deste Regimento Interno deverão ser apreciadas em reunião extraordinária do CMS, convocada por escrito para

este fim, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º As propostas de alterações deverão ser encaminhadas aos Conselheiros por escrito com antecedência de 15 (quinze) dias da reunião extraordinária a ser convocada para sua deliberação.

Art. 40. O término do mandato do Conselho ocorrerá na posse de novos Conselheiros eleitos em Conferência Municipal de Saúde.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos mediante deliberação do Plenário.

Art. 42. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação por decreto Municipal, revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul, 4 de novembro de 2016.

Mário Alves de Souza
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Representante dos Usuários

Homologo a Resolução CMS nº 005, de 13 de ~~junho~~ julho 2017, nos termos da Resolução do CMS nº 453 de 10 de Maio de 2012.

Lincon Machado Camargo
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 2.634, DE 3 DE JULHO DE 2017.

APROVA A RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1º DE JUNHO DE 2017, DA CAISAN E INSTITUI O COMITÊ TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PLAMSAN.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a deliberação na Reunião Ordinária da CAISAN, realizada em 1º de junho de 2017, com registro na Ata nº 004/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Resolução nº 3, de 1º de junho de 2017, e instituído o Comitê Técnico responsável pela elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Francisco do Sul – PLAMSAN.

Art. 2º São membros do Comitê Técnico- PLAMSAN:

a) COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

b) Agentes Comunitárias de Saúde:

Titular: Marlene Dutra

Suplente: Katiuscia Flores

c) Bom Jesus IELUSC:

Titular: Bruna Maria Gonçalves

Suplente: Ana Carolina Luz

d) Centro Universitário - Católica de SC:

Titular: Amanda Fuckner

Suplente: Thainá Fabres

e) EPAGRI – SFS:

Titular: Cláudio Sérgio de Souza

Suplente: Edir José Tedesco

f) IFC – Campus São Francisco do Sul:

Titular: Vivian Siewerdt Agacy

Suplente: Adriana da Igreja

g) Lena Maria da Rosa de Souza

h) Marcon Machado – Gerente de Pesca

i) Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas:

Titular: Adriana Teixeira Davies

Suplente: Maria Lúcia Fernandes

j) UNIVILLE:

Titular: Cláudio Rudolfo Turek

Suplente: Cláudio Tadeu Novaes de Almeida

k) UNIBO/Transpetro:

Titular: Dirceu Effting

Suplente: Sofia Toni

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 3 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

Secretário Municipal de Saúde, deverá oferecer capacitação para os novos conselheiros capacitando-os para o exercício das funções.

V – A Secretaria Executiva deverá ser ocupada por servidor de carreira da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, o Secretário Municipal de Saúde indicará ao conselho até três candidatos;

VI – A Mesa Diretora apreciará o perfil do candidato e encaminhará para apreciação e aprovação do plenário;

VII – O Secretário(a) Executivo(a) será nomeado(a) pelo Prefeito;

Art. 23. São atribuições do Conselheiro Municipal de Saúde:

I – Zelar pelo pleno e total desenvolvimento das atribuições do Conselho Municipal de Saúde;

II – Estudar e relatar, nos prazos preestabelecidos, matérias que lhes sejam atribuídas;

III – Apreciar e deliberar sobre as propostas apresentadas ao Conselho;

IV – Apresentar Moções ou Proposições sobre assuntos de interesse da saúde;

V – Requerer votação de matéria em regime de urgência;

VI – Acompanhar e fiscalizar o funcionamento dos serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de São Francisco do Sul dando ciência ao Plenário;

VII – Apurar denúncias de usuários com relação ao mau atendimento nas unidades de saúde pública ou conveniada ao SUS remetidas ao Conselho;

VIII – Acompanhar, avaliar e fiscalizar as unidades de saúde pública e as conveniadas ao SUS, auxiliando as atividades de auditoria do sistema;

IX – Analisar, discutir e decidir sobre a exclusão e/ou substituição de novas instituições na composição do Conselho;

X – Propor alterações na Lei do Conselho ou neste Regimento Interno;

XI – Participar da organização da Conferência Municipal de Saúde, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde;

XII – defender os interesses da população usuária do SUS acima dos interesses do segmento que representa;

XIII – Desempenhar outras atribuições necessárias ao cumprimento da função de Conselheiro e ao funcionamento do Conselho, desde que aprovadas pelo Plenário;

XIV – Estudar as leis e resoluções do Ministério da Saúde, do CNS – Conselho Nacional de Saúde e demais informações pertinentes.

CAPÍTULO VI DAS REUNIÕES

Art. 24. O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, no horário da convocação com a observância de quórum por maioria simples em primeira chamada, não havendo o quórum, e decorridos 20 minutos poderá ser feito a segunda chamada, observando o quórum de 1/3 dos membros;

Parágrafo único: desde que não haja para votação os Relatórios de Gestão bem como alterações do Regimento Interno, que serão necessário quórum de maioria absoluta dos membros.

Art. 25. As reuniões do Plenário deverão ser gravadas em áudio e ser transcritas em atas sendo disponibilizadas aos conselheiros quando solicitadas.

Parágrafo Único - Nas atas deverão constar obrigatoriamente:

a) relação dos participantes seguida do nome de cada membro, com a menção da titularidade (titular ou suplente) e do órgão ou entidade que representa;
b) resumo de cada informe onde conste, de forma sucinta, o nome do Conselheiro e o assunto ou sugestão apresentada;
c) relação dos temas abordados na ordem do dia, com indicação do(s) responsável(is) pela apresentação e a inclusão de alguma observação, quando expressamente solicitada por Conselheiro;
d) as deliberações tomadas, a aprovação ou não da ata da reunião anterior e os temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte se for o caso.

Art. 26. O Conselheiro poderá representar o Conselho perante instâncias e fóruns da sociedade e do governo, designado pelo Plenário, com delegação específica.

CAPÍTULO VII FUNCIONAMENTO E CONVOCAÇÃO.

Art. 27. O Plenário do Conselho Municipal de Saúde é o fórum de deliberação máxima, configurado por Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento.

Art. 28. O Conselho Municipal de Saúde terá as seguintes normas gerais:

I - O órgão de deliberação máxima será o Plenário do Conselho;

II - O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros com a antecedência

16

13

10

11

14

15

DECRETO Nº 2.635, DE 5 DE JULHO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 2.469, DE 8 DE AGOSTO DE 2016, QUE NOMEIA A DIRETORIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS - GESTÃO 2016/2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1.758, de 30 de setembro de 2015, e de acordo com a Resolução CMAS nº 016, de 12 de junho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada alínea “c”, do art. 1º, do Decreto nº 2.469, de 8 de agosto de 2016, que nomeia a Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

a) [...];

b) [...];

c) Secretária: Mariluci Moreira Zeni – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 21 de julho de 2015.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 5 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

DECRETO Nº 2.636, DE 7 DE JULHO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 204.306,07 (duzentos e quatro mil trezentos e seis Reais e sete centavos) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso IV do artigo 9º da Lei Municipal nº 1.861, de 22 de Dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017, combinado com o inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, nas seguintes dotações:

14 - Secretaria Municipal de Educação

14001 - Gerência de Ensino

2024 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação com Ensino Fundamental

33390 - Aplicações Diretas.....R\$ 204.306,07

Vínculos de Recursos: 033702 – PNAE FUNDAMENTAL.....R\$ 39.179,57

033703 – PNAE CRECHE.....R\$ 48.010,20

033704 – PNAE EJA.....R\$ 11.292,00

033705 – PNAE MAIS EDUCAÇÃO.....R\$ 18.732,54

033706 – PNAE PRE.....R\$ 79.949,99

033707 – PNAE AEE.....R\$ 7.130,00

033708 – PNAE 11,77

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 204.306,07

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrem por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes do dos recursos do Programa Nacional Alimentação Escolar - PNAE - FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 7 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.637, DE 10 DE JULHO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 2.602, DE 5 DE MAIO DE 2017, QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 59, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 891, de 6 de abril de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteras as alíneas “b” e “c”, do inciso I, e as alíneas “a” e “d”, do inciso II, todos do art. 1º, do Decreto nº 2.602, de 5 de maio de 2017, que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Francisco do Sul - CMDCA, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

I - representantes do Município:

[...]

b) Secretaria Municipal de Educação:

1. Titular: Diogo Cidral (NR)

2. Suplente: Sílvia Maria de Cardoso Castilho (NR)

[...]

c) Secretaria Municipal de Saúde:

1. Titular: Vagner Porcíncula (NR)

2. Suplente: Paloma Garcia da Silva(NR)

[...]

II - representantes das organizações Não-Governamentais:

a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais –

APAE.

1. Titular: Paulo César Pereira (NR)

2. Suplente: Eliane Maria Gonçalves.

[...]

d)ONG SOS Vida.

1. Titular: Joelson Tibúrcio dos Passos (NR)

2. Suplente: Neusa Borges Corrêa (NR)

[...]”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 10 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário de Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

DECRETO Nº 2.638, DE 12 DE JULHO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.883, DE 12 DE JULHO DE 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.883, de 12 de julho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído ao orçamento do corrente exercício, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, o vínculo de recursos 0164000 – Transf. Convênio – Estado/Outros nos seguintes Projetos Atividades:

15.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

15.06 – Gerência dos Balneários

2041 – Serviço de Manutenção e Saneamento Básico

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 - Outras despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros

1034 – Pavimentação, Revitalização, Drenagem E Pontes

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 - Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros

Art. 2º Fica aberto o crédito adicional especial, no valor de R\$ 378.000,00 (trezentos e setenta e oito mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

15.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

15.05 – Gerência do Sai

1046 – Construção de Infraestrutura Pública

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 - Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 13901 – Fundo Especial de Petróleo – Lei nº 7.990/89.....R\$ 58.000,00

15.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

15.06 – Gerência dos Balneários

2041 – Serviço de Manutenção e Saneamento Básico

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 - Outras despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros.....R\$ 50.000,00

1034 – Pavimentação, Revitalização, Drenagem E Pontes

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 - Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros.....R\$ 270.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 378.000,00

Art. 3º Como recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 2º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

11.00 – Secretaria de Desenvolv. Econômico Sustentável

11.03 – Gerência de Turismo

2018 – Realização de Eventos Artísticos, Culturais, Esportivos e Atividades de Promoção Turística.

3000000.000 - Despesas Correntes

3300000.000 - Outras despesas Correntes

3390000.000 - Aplicações diretas

Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros.....R\$ 50.000,00

15.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

15.05 – Gerência do Sai

1046 – Construção de Infraestrutura Pública

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 - Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros.....R\$ 270.000,00

1045 – Construção de Infraestrutura Pública

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 - Outras despesas Correntes

3390000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 13901 – Fundo Especial de Petróleo – Lei nº 7.990/89.....R\$ 58.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R\$ 378.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 12 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.639, DE 12 DE JULHO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.884, DE 12 DE JULHO DE 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.884, de 12 de julho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

15.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
15.01 – Gerência de Obras		
1021 – Obras de Infraestrutura de Drenagem		
4000000.000 – Despesas de Capital		
4400000.000 - Investimentos		
4490000.000 – Aplicações Diretas		
Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros.....	R\$ 100.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....	R\$ 100.000,00	

Art. 2º Como recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar que trata o art. 2º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

11.00 – Secretaria de Desenvolvimento. Econômico Sustentável		
11.03 – Gerência de Turismo		
2018 – Realização de Eventos Artísticos, Culturais, Esportivos e Atividades de Promoção Turística.		
3000000.000 - Despesas Correntes		
3300000.000 - Outras despesas Correntes		
3390000.000 - Aplicações diretas		
Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros.....	R\$ 100.000,00	
TOTAL DA ANULAÇÃO.....	R\$ 100.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 12 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.640, DE 12 DE JULHO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.388.000,00, (hum milhão, trezentos e oitenta e oito mil Reais) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso IV, do artigo 9º, da Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017, combinado com o inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, na seguinte dotação:

1500 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	
15.001 – Gerência de Obras	
2035 – Extensão e Manutenção de Rede de Energia Elétrica	
3000000.000 – Despesas Correntes	
3300000.000 – Outras Despesas Correntes	
3390000.000 – Aplicações Diretas	

Vínculo de Recursos: 03080000 – Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública.....R\$ 1.035.000.00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Vínculo de Recursos: 03080000 – Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública.....R\$ 353.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 1.388.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes da Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública, fonte 03080000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 12 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 2.640, DE 12 DE JULHO DE 2017.

A presente suplementação por Superávit Financeiro dos Recursos da Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública, destina-se atender apostilamento de despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar com a fonte de recursos de Royalties, mas que em virtude da queda da receita nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, não foi possível honrar os compromissos de pagamento, cujo objeto das despesas referem-se a manutenção dos serviços de iluminação pública.

São Francisco do Sul – SC, 12 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.641, DE 12 DE JULHO DE 2017.

INCLUI VÍNCULO DE RECURSO AO ORÇAMENTO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.878, DE 20 DE JUNHO DE 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.878, de 20 de junho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído ao orçamento do corrente exercício, o vínculo de recursos 01340000 – Transferência Convênio União Outros, nos seguintes Projetos Atividades:

11 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável	
11.04 – Gerência de Esporte	
1042 - Obras de Infraestrutura para o Esporte	
4000000.000 – Despesas de Capital	
4400000.000 – Investimento	
4490000.000 – Aplicações Diretas	
01340000 – Transferências Convênios União Outros	
01000000 – Recursos Ordinários	

Art. 2º Fica aberto o crédito adicional especial no valor R\$ 15.250,00 (quinze mil, duzentos e cinquenta Reais) ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017, combinado com o Inciso III, §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

11 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável	
11.04 – Gerência de Esporte	
1042 - Obras de Infraestrutura para o Esporte	
4000000.000 – Despesas de Capital	
4400000.000 – Investimento	
4490000.000 – Aplicações Diretas	
01340000 – Transferências Convênios União Outros.....	R\$ 9.000,00
01000000 – Recursos Ordinários.....	R\$ 6.250,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R\$ 15.250,00

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 2º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

11 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável	
11.06 – Gerência de Pesca	
2020 - Manutenção das Atividades Operacionais da Gerência de Pesca	
3000000.000 – Despesas de Corrente	
3300000.000 – Outras Despesas de Corrente	
3390000.000 – Aplicações Diretas	
01340000 – Transferências Convênios União Outros.....	R\$ 9.000,00

DECRETO Nº 2.641, DE 12 DE JULHO DE 2017.

11.04 – Gerência de Esporte	
1042 - Obras de Infraestrutura para o Esporte	
3000000.000 – Despesas de Corrente	
33000000000 – Outras Despesas Correntes	
33900000000 – Aplicações Direta	
01000000 – Recursos Ordinários.....	R\$ 6.250,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R\$ 15.250,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 12 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.642, DE 14 DE JULHO DE 2017.

INSTITUI A LOGOMARCA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL E APROVA O MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL, NA FORMA QUE ESTABELECE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a nova logomarca do Poder Executivo do Município de São Francisco do Sul, obrigatoriamente adotada conforme modelo Anexo, parte integrante e indissociável do presente Decreto.

Art. 2º É obrigatória a utilização da logomarca:

I - em todos os documentos oficiais, e nos materiais utilizados para correspondência interna e externa, oriundos dos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal;

II - nos veículos e equipamentos do Poder Executivo Municipal;

III - no diário oficial do Município;

IV - no material de divulgação institucional; e

V - nos meios de comunicação em geral.

Art. 3º A Gerência de Comunicação será a responsável pela orientação concernente à utilização da logomarca, zelando pela estrita observância do manual de identidade visual.

Art. 4º Ficam validados todos os atos realizados previamente à edição deste Decreto e que não contrariem o seu conteúdo.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 14 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LEIS

LEI Nº 1.878, DE 20 DE JUNHO DE 2017.

INCLUI VÍNCULO DE RECURSO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O **Prefeito Municipal de ao Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao orçamento do corrente exercício, o vínculo de recursos 01340000 – Transferência Convênio União Outros, nos seguintes Projetos Atividades:

11 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável	
11.04 – Gerência de Esporte	
1042 - Obras de Infraestrutura para o Esporte	
4000000.000 – Despesas de Capital	
4400000.000 – Investimento	
4490000.000 – Aplicações Diretas	
01340000 – Transferências Convênios União Outros	
01000000 – Recursos Ordinários	

LEI Nº 1.878, DE 20 DE JUNHO DE 2017.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor R\$ 15.250,00 (quinze mil, duzentos e cinquenta Reais) ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017, combinado com o Inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

11 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável					
11.04 – Gerencia de Esporte					
1042 - Obras de Infraestrutura para o Esporte					
4000000.000 – Despesas de Capital					
4400000.000 – Investimento					
4490000.000 – Aplicações Diretas					
01340000	–	Transferências	Convênios	União	Outros.....
			R\$ 9.000,00		
01000000	–	Recursos			Ordinários.....
6.250,00			R\$		
TOTAL		DAS	SUPLEMENTA-ÇÕES		
15.250,00		R\$			

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 2º, desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

11 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável				
11.06 – Gerência de Pesca				
2020 - Manutenção das Atividades Operacionais da Gerência de Pesca				
3000000.000 – Despesas de Corrente				
3300000.000 – Outras Despesas de Corrente				
3390000.000 – Aplicações Diretas				
01340000	–	Transferências	Convênios	União
Outros.....			R\$ 9.000,00	
11.04 – Gerência de Esporte				
1042 - Obras de Infraestrutura para o Esporte				
3000000.000 – Despesas de Corrente				
33000000000 – Outras Despesas Correntes				
33900000000 – Aplicações Direta				
01000000	–		Recursos	Ordinários.....
6.250,00				R\$
TOTAL		DAS		ANULA-
ÇÕES.....				ÇÃO.....
R\$ 15.250,00				

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor R\$234.750,00 (duzentos e trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais) ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com o inciso I e III, art. 9º, a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017, combinado com o inciso II, §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

11 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável				
11.04 – Gerência de Esporte				
1042 - Obras de Infraestrutura para o Esporte				
4000000.000 – Despesas de Capital				
4400000.000 – Investimento				
4490000.000 – Aplicações Diretas				
01340000	–	Transferências	Convênios	União
Outros.....		R\$ 234.750,00		

Art. 5º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 4º, desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de provável excesso de arrecadação dos recursos de Transferência de Convênio União outros - 24719900020000 – com a fonte de recursos 01340000 – Transferências Convênios União Outros.

Art. 6º A Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com art. 3º, da Lei nº 1.835, de 17 de outubro de 2016.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 20 de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

LEI Nº 1.882, DE 12 DE JULHO DE 2017.

DENOMINA “RUA ARCELINA PORTELA DA ROCHA”, O LOGRADOURO PÚBLICO AINDA NÃO NOMINADO POR LEI, NO BAIRRO RETA.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado “RUA ARCELINA PORTELA DA ROCHA”, O logradouro público AINDA NÃO NOMINADO POR LEI, a Rua “D”, do Loteamento Morada da Ilha, no Bairro Reta.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 12 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.883, DE 12 DE JULHO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao orçamento do corrente exercício, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, o vínculo de recursos 0164000 – Transf. Convênio – Estado/Outros nos seguintes Projetos Atividades:

15.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
15.06 – Gerência dos Balneários
2041 – Serviço de Manutenção e Saneamento Básico
3000000.000 – Despesas Correntes
3300000.000 - Outras despesas Correntes
3390000.000 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros
1034 – Pavimentação, Revitalização, Drenagem E Pontes
4000000.000 – Despesas de Capital
4400000.000 - Investimentos
4490000.000 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 378.000,00 (trezentos e setenta e oito mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

15.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
15.05 – Gerência do Sai
1046 – Construção de Infraestrutura Pública
4000000.000 – Despesas de Capital
4400000.000 - Investimentos
4490000.000 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 13901 – Fundo Especial de Petróleo – Lei nº 7.990/89.....R\$ 58.000,00
15.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
15.06 – Gerência dos Balneários
2041 – Serviço de Manutenção e Saneamento Básico
3000000.000 – Despesas Correntes
3300000.000 - Outras despesas Correntes
3390000.000 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros.....R\$ 50.000,00
1034 – Pavimentação, Revitalização, Drenagem E Pontes
4000000.000 – Despesas de Capital
4400000.000 - Investimentos
4490000.000 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros.....R\$ 270.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 378.000,00

LEI Nº 1.883, DE 12 DE JULHO DE 2017.

Art. 3º Como recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 2º, desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

11.00 – Secretaria de Desenvolv. Econômico Sustentável		
11.03 – Gerência de Turismo		
2018 – Realização de Eventos Artísticos, Culturais, Esportivos e Atividades de Promoção Turística.		
3000000.000 - Despesas Correntes		
3300000.000 - Outras despesas Correntes		
3390000.000 - Aplicações diretas		
Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros.....R\$ 50.000,00		
15.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
15.05 – Gerência do Sai		
1046 – Construção de Infraestrutura Pública		
4000000.000 – Despesas de Capital		
4400000.000 - Investimentos		
4490000.000 – Aplicações Diretas		
Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros.....R\$ 270.000,00		
1045 – Construção de Infraestrutura Pública		
3000000.000 – Despesas Correntes		
3300000.000 - Outras despesas Correntes		
3390000.000 – Aplicações Diretas		
Fonte de Recurso: 13901 – Fundo Especial de Petróleo – Lei nº 7.990/89.....R\$ 58.000,00		
TOTAL	DA	ANULA-
ÇÃO.....		ÇÃO.....
.....R\$ 378.000,00		

Art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com art. 3º, da Lei nº 1.835, de 17 de outubro de 2016.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 12 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

LEI Nº 1.884, DE 12 DE JULHO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

15.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
15.01 – Gerência de Obras		
1021 – Obras de Infraestrutura de Drenagem		
4000000.000 – Despesas de Capital		
4400000.000 - Investimentos		
4490000.000 – Aplicações Diretas		
Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/Outros.....R\$ 100.000,00		
TOTAL	DA	SUPLEMENTA-
ÇÃO.....		ÇÃO.....R\$
100.000,00		

Art. 2º Como recursos para abertura do Crédito Adicional suplementar que trata o art. 2º, desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

11.00 – Secretaria de Desenvolvimento. Econômico Sustentável		
11.03 – Gerência de Turismo		
2018 – Realização de Eventos Artísticos, Culturais, Esportivos e Atividades de Promoção Turística.		
3000000.000 - Despesas Correntes		
3300000.000 - Outras despesas Correntes		
3390000.000 - Aplicações diretas		

LEI Nº 1.884, DE 12 DE JULHO DE 2017.

Fonte de Recurso: 16400 - Transf. Conv. Estado/ Outros.....R\$ 100.000,00		
TOTAL	DA	ANULAÇÃO
100.000,00		R\$

Art. 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com art. 3º, da Lei nº 1.835, de 17 de outubro de 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 12 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças
e Gestão de Pessoas

PORTARIAS

PORTARIA nº 14.263, de 1º de junho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no art. 2º, inciso IV, da Lei nº 1.475, de 16 de abril de 2013, com as alterações da Lei nº 1.758, de 30 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 12.743, de 17 de fevereiro de 2016, que designou o servidor SEBASTIÃO LOPES DA SILVA JUNIOR, matrícula nº 589802, inscrito no CPF sob o nº 041.227.029-33, ocupante do cargo efetivo de Assistente Executivo, para exercer a função de Coordenador de Ações de Organização do SUAS/SFS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.302, de 14 de junho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV, e conforme o Processo nº 10114/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - INCLUIR no art. 1º da Portaria nº 14.265, de 1º de junho de 2017, que averbou, para todos os efeitos, o tempo de contribuição da servidora pública municipal EDNA MARIA DOS SANTOS, matrícula nº 7869320, inscrita no CPF sob o nº 649.212.559-20, ocupante de cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, os seguintes períodos:

IPREV

INICIO	FIM	EMPRESA/ORGÃO
06/06/1988	20/07/1989	Secretaria de Estado da Educação - SC
02/04/1990	02/06/1990	Secretaria de Estado da Educação - SC
01/08/1990	30/09/1991	Secretaria de Estado da Educação - SC
Tempo de Contribuição (TC) = 886 dias, correspondendo a 2 anos, 5 meses e 6 dias.		
Essas informações foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição nº 129/2017, expedida pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPREV, no dia 13 de março de 2017.		

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 14 de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.316, de 29 de junho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, da Lei Complementar nº 4, de 11/04/20003, e art. 37 da Lei Complementar nº 8, de 30/10/2003, conforme solicitado na CI nº 305/2017, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora ROSELAINE CRISTINE DOS PASSOS, matrícula nº 631264, para exercer INTERINAMENTE a função de confiança de Diretora na EBM CAIC Irmã Joaquina, em substituição da Diretora Titular Vanessa de Carvalho Eggert, que se encontra em Licença Maternidade, no período de 5 de junho de 2017 a 1º de dezembro de 2017.

Art. 2º - A substituição será remunerada a partir do 32º (trigésimo segundo) dia.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 5 de junho de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 29 de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.317, de 29 de junho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, da Lei Complementar nº 4, de 11/04/20003, e art. 37 da Lei Complementar nº 8, de 30/10/2003, conforme solicitado na CI nº 305/2017, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora GISELE ALMODI, matrícula nº 8173907, para exercer INTERINAMENTE a função de confiança de Auxiliar de Direção na EBM CAIC Irmã Joaquina, em substituição da Auxiliar de Direção Roselaine Cristine dos Passos, que está exercendo a interinidade na função de Direção, em substituição da Diretora Titular Vanessa de Carvalho Eggert, que se encontra em Licença Maternidade, no período de 5 de junho de 2017 a 1º de dezembro de 2017.

Art. 2º - A substituição será remunerada a partir do 32º (trigésimo segundo) dia.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 5 de junho de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 29 de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.318, de 29 de junho de 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - APOSENTAR, por idade, conforme art. 40º, § 1º, III, "b", da Constituição Federal, e art. 24, da Lei Complementar Municipal nº 72, de 10 de julho de 2015, a servidora ORDALINA FISCHER, matrícula nº 577693, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Município de São Francisco do Sul, com proventos calculados na forma do art. 50, da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Francisco do Sul - IPRESF.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 29 de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.319, de 29 de junho de 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - APOSENTAR, por idade e tempo de contribuição, conforme art. 6º da EC nº 41/2003, regra de transição, e art. 45 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, a servidora LINDO-NOR SOUZA DA SILVA, matrícula nº 217280, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Município de São Francisco do Sul, com proventos calculados na forma do art. 45, *caput*, da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Francisco do Sul - IPRESF.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 29 de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.320, de 29 de junho de 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - CESSAR, em virtude do seu falecimento, conforme Certidão de Óbito nº 107169 01 55 2017 4 00014 116 0006425 45, a partir de 5 de junho de 2017, os efeitos da Portaria nº 186, de 2 de agosto de 1993, que concedeu Aposentadoria ao Servidor Público Municipal JOAQUIM ANTONIO RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Coletor de Lixo, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 5 de junho de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 29 de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.321, de 29 de junho de 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI, IX e XXIV, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Norma Regulamentadora nº 5, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Eleitoral a fim de promover processo eleitoral para a instalação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, no âmbito da Administração Pública Direta:

- I – Maria Aparecida Anacleto – Atendente de Creche;
 - II – Alon Fabiano Duarte – Agente de Obras e Serviços;
 - III – Elaine Cristina Martins Tavares – Agente de Obras e Serviços;
 - IV – Adriano de Freitas Alves – Assistente Executivo;
 - V – Allan Sidney Macedo - Agente de Obras e Serviços;
 - VI – José Araldo Batista – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos.
- Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Francisco do Sul - SC, 29 de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.322, de 29 de junho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, informada por meio de Carta ao Empregador – Concessão de Aposentadoria por Invalidez,

RESOLVE:

Art. 1º - AFASTAR, permanentemente, o servidor NORBERTO RUCKERT MACHADO, matrícula nº 577774-0, inscrito no CPF sob o nº 607.081.909-87, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Ensino Fundamental II, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, devido à concessão de benefício de Aposentadoria por Invalidez, com proventos que serão pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo anteriormente ocupado pelo servidor, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 3 de maio de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 29 de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.324, de 30 de junho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o requerido no Processo nº 10103, de 13 de junho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR, a partir de 1º de julho de 2017, a Portaria nº 13.893, de 1º de fevereiro de 2017, que concedeu Licença para exercer atividade política, pelo período legislativo, ao servidor WILSON LEDOUX BATISTA, matrícula nº 649333.2.0, inscrito no CPF sob o nº 017.144.199-08, ocupante do cargo de Motorista, nível 002, lotado na Intendência do Sai.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 30 de junho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.325, de 3 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR CIBELE ROMANA DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 006.865.230-59, para exercer o cargo em comissão de Assessora Técnica, nível CC04, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 3 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 3 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.326, de 3 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a CI nº 346/2017, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR o inciso I, do art. 1º, da Portaria nº 14.250, de 26 de maio de 2017, que nomeou os membros do Fórum Permanente de Educação, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

I – **Cecília Terezinha de Oliveira Ricardo** - Secretária Municipal de Educação;

[...]”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 3 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.327, de 3 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, conforme o art. 148, da Lei Complementar nº 8/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, a instauração de processo administrativo disciplinar em face do descumprimento, em tese, da jornada de trabalho pela servidora L.V.L., matrícula 227919, tendo sido verificada a inassiduidade habitual por meio de atrasos e faltas de forma injustificada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 3 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.328, de 3 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e conforme o Processo nº 10973/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, para todos os efeitos, o tempo de contribuição da servidora pública municipal SANDRA REGINA TEIXEIRA BERNARDES, matrícula nº 221082, inscrita no CPF sob o nº 607.019.439-04, ocupante de cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, referente aos seguintes períodos:

INSS

INI-	FIM	EMPRESA/ORGÃO	TEMPO
01/0 4/19 85	08/0 7/19 88	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 3 anos, 3 meses e 8 dias.
02/0 3/19 92	09/0 7/20 15	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 23 anos, 4 meses e 8 dias.
01/0 9/19 88	16/0 1/19 89	ASSOCIAÇÃO DOS TRAB AVUL PORTO SFS	TC: 0 ano, 4 meses e 16 dias.
14/0 3/19 89	31/1 2/19 89	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	TC: 0 ano, 9 meses e 17 dias.
01/0 4/19 91	30/0 9/19 91	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	TC: 0 ano, 6 meses e 0 dia.

Tempo de Contribuição (TC) = 10329 dias, correspondendo a 28 anos, 3 meses e 19 dias.

Essas informações foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição - Protocolo nº 20024070.1.00174/17-1, expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, no dia 16 de junho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 3 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.329, de 3 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 84, inciso II, alínea “g”, da Lei Orgânica do Município, com fulcro na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Lei Municipal nº 1.263, de 24 de Novembro de 2011, Decreto Municipal nº 1.504, de 31 de janeiro de 2012, e Decreto Municipal nº 1.567, de 23 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR a Comissão Julgadora de Processo de Qualificação e Credenciamento de Entidades Sem Fins Lucrativos como Organizações Sociais no âmbito do município de São Francisco do Sul, conforme Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Lei Municipal nº 1.263, de 24 de Novembro de 2011, Decreto Municipal nº 1.504, de 31 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº 1.567, de 23 de abril de 2012, os seguintes membros:

I – representante da Secretaria Municipal de Saúde: NÁDIA MOREIRA RAPOSO;

II – representante da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas: JÚLIO ELOI DA SILVA;

III – representante do Setor de Compras da Secretaria Municipal de Saúde: ALESSANDRA MATTAR DEFREITAS;

IV – representante da Coordenação de Processos Internos da Secretaria Municipal de Saúde: THYANA CALDEIRA GOMES;

V – representante da Rede de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde: JÉSSICA VARGAS DE MOURA;

VI – representante da Procuradoria-Geral do Município: VITOR GUILHERME AGUIAR BARRETTA;

VII – representante da Assessoria Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde: VINÍCIUS ANICETO MAIA DA SILVA.

Art. 2º - Após análise da Comissão Julgadora do Processo de Qualificação e Credenciamento como Organização Social no âmbito do município de São Francisco do Sul, emitirá parecer sobre a documentação apresentada, com encaminhamento ao Prefeito Municipal, sendo favorável, a entidade pleiteante será qualificada como Organização Social por meio de Decreto.

Art. 3º - O exercício das funções acima não serão remuneradas, sendo considerado como serviço público relevante, garantindo-se, durante o período das reuniões, a dispensa das atividades normais de trabalho a todos os profissionais da Comissão.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 3 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.330, de 4 de julho de 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - APOSENTAR, por idade e tempo de contribuição, conforme art. 6º da EC nº 41/2003 e art. 45 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, a servidora SANDRA MARIA DOS SANTOS, matrícula nº 218693, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Executivo, lotada na Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul, do Município de São Francisco do Sul, com proventos integrais, com direito a paridade, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Francisco do Sul - IPRESF.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 4 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.331, de 4 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no art. 2º, inciso IV, da Lei nº 1.475, de 16 de abril de 2013, com as alterações da Lei nº 1.758, de 30 de setembro de 2015, e de acordo com a CI nº 194/2017, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR EDISON SOUZA SALES, matrícula nº 7917112, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, para exercer a função gratificada de Coordenador de Ações de Organização do SUAS/SFS, a partir de 1º de junho de 2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de junho de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 4 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.332, de 6 de julho de 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - APOSENTAR, por idade e tempo de contribuição, conforme art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 45, da Lei Complementar nº 72/2015, a servidora DENIR CATARINA DA SILVA TRINDADE, matrícula nº 220850, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheira, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, do Município de São Francisco do Sul, com proventos integrais, com direito a paridade, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Francisco do Sul - IPRESF.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 6 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.333, de 6 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o a CI nº 36/2017, da Gerência de Esportes,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER à servidora ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA FREITAS DE CARVALHO, matrícula nº 6373946, ocupante do cargo efetivo de Instrutor de Modalidades Esportivas, ampliação de carga horária de 30 (trinta) horas semanais para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 29 de junho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 29 de junho de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.334, de 7 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 45/2013, e Processo nº 6645, de 4 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Auxílio Escolar para o Curso de Gestão Pública, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, ao servidor EREOVALDO DE MOURA, matrícula nº 8049777, a partir da data do Processo nº 6645, de 4 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 4 de abril de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 7 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.335, de 7 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 93, da Lei Complementar nº 8/2003, e de acordo com o Processo nº 9104/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Sem Remuneração para tratar de Assuntos Particulares, pelo período de 2 (dois) anos, ao servidor CILIELSON CALDEIRA REIS, matrícula nº 487228, inscrito no CPF sob o nº 022.287.469-40, ocupante do cargo de Agente de Obras e Serviços, nível 7, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir de 1º de junho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 7 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.336, de 7 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei nº 1.862/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JANAÍNA HASS, matrícula nº 7962380, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, para exercer a função de Chefia e Assistência Subalterna de Recepção, nível CAS-01, do Gabinete do Prefeito, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 7 de julho de 2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 7 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.337, de 7 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei nº 1.862/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR WILSON PAULO DOS SANTOS, matrícula nº 218421, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Executivo, para exercer a função de Chefia e Assistência Subalterna de Expediente, nível CAS-01, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 7 de julho de 2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 7 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.338, de 7 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, e de acordo com o requerido no Processo nº 11020/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, MANOEL JOSÉ D'ESPINDULA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 553.121.879-68, do cargo em comissão de Assessor Executivo, nível CC03, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 3 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 3 de julho de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 7 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.339, de 7 de julho de 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - APOSENTAR, por idade e tempo de contribuição, conforme art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 47, da Lei Complementar nº 72/2015, ao servidor JOELSON TIBÚRCIO DOS PASSOS, matrícula nº 419052, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, do Município de São Francisco do Sul, com proventos integrais, com direito a paridade, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Francisco do Sul - IPRESF.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 7 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.340, de 7 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com §1º, do art. 12, da Lei Complementar nº 77, de 23 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR LIZABEL BALTA ZUMBA BANISKI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, matrícula nº 792852.1-1, CRM/SC nº 14.235, inscrita no CPF sob o nº 987.264.471-34, para exercer a função de Médico Responsável Técnico por toda Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 7 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 7 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.341, de 11 de julho de 2017.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - APOSENTAR, por idade e tempo de contribuição, conforme art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 47, da Lei Complementar nº 72/2015, a servidora ROSELI GONÇALVES FRANÇA DA SILVA, matrícula nº 218103, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Pedagógico – Orientador Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Município de São Francisco do Sul/SC, com proventos integrais, com direito a paridade, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Francisco do Sul - IPRESF.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 11 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.343, de 12 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, e art. 84, inciso II, alínea "c", todas da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Julgadora a fim de analisar e julgar os documentos referentes ao Processo Seletivo nº 007/2017, para contratação de Médico:

I – Titulares:

a) JOSÉ ARALDO BATISTA – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos;

b) KAMILLE KAROENE NEGRÃO – Gerente Administrativo;

c) CIBELY KÜHL – Assistente Executivo;

d) ALESSANDRA MATTAR DEFREITAS – Assessor Executivo;

e) HELOIZA FERNANDA DA COSTA – Assessor Administrativo.

PORTARIA nº 14.343, de 12 de julho de 2017.

II – Suplentes:

- a) CRISTIANE FERNANDES DE MACEDO GOMES – Auxiliar Administrativo;
b) ADRIANO DE FRITAS ALVES – Assistente Executivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 12 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.342, de 11 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e conforme o Processo nº 11544/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, para todos os efeitos, o tempo de contribuição da servidora pública municipal SCHIRLEY MERY MAURER DA SILVA, matrícula nº 218308, inscrita no CPF sob o nº 596.003.309-72, ocupante de cargo público efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, referente aos seguintes períodos:

INSS

INÍCIO	FIM	EMPRESA	TEMPO
01/03/1995	27/08/1998	ASSOCIAÇÃO FRANCISQUENSE DE ENSINO	TC: 0 ano, 0 mês e 0 dia.
06/03/1985	09/07/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 30 anos, 4 meses e 4 dias.
Tempo de Contribuição (TC) = 11074 dias, correspondendo a 30 anos, 4 meses e 4 dias.			
Essas informações foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição - Protocolo nº 20024070.1.00185/17-3, expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, no dia 10 de julho de 2017.			

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 11 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.344, de 12 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, e art. 84, inciso II, alínea “c”, todos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR membros para integrarem a Comissão Especial Organizadora da Eleição para escolha dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal, da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, que deverão supervisionar e julgar quaisquer recursos relativos ao processo eleitoral, conforme segue:

I - Presidente:

- a) LUANA KELLI LESSACK PAIVA – matrícula nº 7869800 – Auxiliar Executivo;

II - Membros:

- a) ADRIANE QUADROS – matrícula nº 12 – Agente Administrativo - Câmara de Vereadores;

- b) ROGER PEREIRA CORREA – matrícula nº 120 – Assistente Executivo – SAMAE;

- c) JOSE ARALDO BATISTA – matrícula nº 500240 – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;

- d) WILSON MIRANDA – matrícula nº 215988 – Professor de Ensino Fundamental I;

- e) JAMILE PEREIRA DA COSTA ROCHA – matrícula 8005664 – Auxiliar Executivo;

- f) FERNANDO GOMES DE FÁVERI – matrícula 9 – Procurador Previdenciário IPRESF.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 12 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.345, de 13 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR sem efeito a Portaria nº 14.336, de 7 de julho de 2017, que nomeou JANAINA HASS, matrícula nº 7962380, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, para exercer a função de Chefe e Assistência Subalterna de Recepção, nível CAS-01, do Gabinete do Prefeito, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 7 de julho de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 13 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.346, de 13 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR sem efeito a Portaria nº 14.337, de 7 de julho de 2017, que nomeou WILSON PAULO DOS SANTOS, matrícula nº 218421, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Executivo, para exercer a função de Chefe e Assistência Subalterna de Expediente, nível CAS-01, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 7 de julho de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 13 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.347, de 13 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JANAINA HASS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 022.897.169-10, para exercer o cargo em comissão de Assessora Técnica, nível CC04, do Gabinete do Prefeito, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 7 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 7 de julho de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.348, de 14 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora NATALY DOS SANTOS MARQUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Executivo, matrícula nº 78905671, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul – SC, para receber os atestados médicos de servidores que atuam nos seguintes locais:

I – Centro Integrado Multiuso;

II – SINE;

III – Junta Militar;

IV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania;

V – Fórum;

VI – Delegacia de Polícia Civil.

Parágrafo único. Aos atestados superiores a dois dias deverão ser entregues diretamente à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 14 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.349, de 14 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR JOÃO URBANO DA FONSECA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob nº 379.905.949-00, do cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC04, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 14 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 14 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.350, de 14 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JOÃO URBANO DA FONSECA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob nº 379.905.949-00, para exercer o cargo em comissão de Assessor Executivo, nível CC03, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 14 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 14 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.351, de 17 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MARCIO LUIZ HANSEN, brasileiro residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 536.502.129-00, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo, nível CC-02, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração, na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal a partir de 17 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 17 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.352, de 17 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR DAYANE LUIZA D'ARÓZ, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 011.146.699-83, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Urbanismo, nível CC-01, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração, na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal a partir de 17 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 17 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.353, de 17 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 1.565, de 15 de outubro de 2013, e de acordo com o solicitado no Ofício nº 972, de 12 de julho de 2017, da DPCO de São Francisco do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor ALISSON ALBERTO MACHADO, matrícula nº 586927-0, inscrito no CPF sob o nº 041.096.909-51, com o cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo, para exercer suas funções na Delegacia de Polícia Civil de São Francisco do Sul – SC, a partir de 17 de julho de 2017.

Art. 2º - Ao servidor designado para exercer a função na Delegacia de Polícia Civil, será atribuída gratificação de acordo com a Lei nº 1.565, de 15 de outubro de 2013, não sendo ela acumulável e incorporável para qualquer efeito.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 17 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.354, de 17 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme decisão prolatada no Processo Administrativo Disciplinar nº 020/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - ADVERTIR JENIFFER CARDOSO CORREA, matrícula nº 795940, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora do Ensino Fundamental II, por infração ao art. 125, inciso II, e art. 126, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 17 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.355, de 17 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme Decisão Final do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2017, instaurado pela Portaria nº 13.947/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR o servidor TIAGO BERNHARD FRUTUOSO DE MELO SCHMITT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, matrícula nº 8058180-00, por infração prevista no art. 138, inciso III, da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 17 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 14.356, de 17 de julho de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE à servidora IARA APARECIDA REIS DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 039.263.819-30, aprovada no Concurso Público nº 002/2010, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Agente de Obras e Serviços, nível 1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 15 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 15 de julho de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 17 de julho de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

DIVERSOS**RESOLUÇÃO Nº 14, DE 06 DE JULHO DE 2017.**

O **Conselho Administrativo do IPRESF** – Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 80 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a deliberação da 9ª Reunião Extraordinária de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Contas da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referente a competência de **Agosto de 2016**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. São Francisco do Sul – SC, 06 de julho de 2017.

EDUARDA A. S. K. ROCHA Presidente		
MAXIMILIAN SCHARMITZEL Vice-Presidente		ROBERSON ALBERTO MACIEL Secretário
ALESSANDRA MATTAR DEFREI- TAS Conselheira		BEATRIS DIRCE- LHA DOS SANTOS Conselheira

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 06 DE JULHO DE 2017.

PROVA AS CONTAS DO IPRESF, REFERENTE A COMPETÊNCIA DE OUTUBRO DE 2016.

O **Conselho Administrativo do IPRESF** – Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 80 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a deliberação da 9ª Reunião Extraordinária de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Contas da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referente a competência de **Outubro de 2016**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. São Francisco do Sul – SC, 06 de julho de 2017.

EDUARDA A. S. K. ROCHA Presidente		
MAXIMILIAN SCHARMITZEL Vice-Presidente		ROBERSON ALBERTO MACIEL Secretário
ALESSANDRA MATTAR DEFREI- TAS Conselheira		BEATRIS DIRCE- LHA DOS SAN- TOS Conselheira

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 13 DE JULHO DE 2017.

APROVA AS CONTAS DO IPRESF, REFERENTE A COMPETÊNCIA DE SETEMBRO DE 2016.

O **Conselho Administrativo do IPRESF** – Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 80 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a deliberação da 10ª Reunião Extraordinária de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Contas da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referente a competência de **Setembro de 2016**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. São Francisco do Sul – SC, 13 de julho de 2017.

EDUARDA A. S. K. ROCHA Presidente		
MAXIMILIAN SCHARMITZEL Vice-Presidente		ROBERSON ALBERTO MACIEL Secretário
ALESSANDRA MATTAR DEFREI- TAS Conselheira		BEATRIS DIRCE- LHA DOS SANTOS Conselheira

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 13 DE JULHO DE 2017.

APROVA AS CONTAS DO IPRESF, REFERENTE A COMPETÊNCIA DE NOVEMBRO DE 2016.

O **Conselho Administrativo do IPRESF** – Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 80 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a deliberação da 10ª Reunião Extraordinária de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Contas da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referente a competência de **Novembro de 2016**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. São Francisco do Sul – SC, 13 de julho de 2017.

EDUARDA A. S. K. ROCHA Presidente		
MAXIMILIAN SCHARMITZEL Vice-Presidente		ROBERSON ALBERTO MACIEL Secretário
ALESSANDRA MATTAR DEFREI- TAS Conselheira		BEATRIS DIRCE- LHA DOS SAN- TOS Conselheira

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 13 DE JULHO DE 2017.

APROVA AS CONTAS DO IPRESF, REFERENTE A COMPETÊNCIA DE DEZEMBRO DE 2016.

O **Conselho Administrativo do IPRESF** – Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 80 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a deliberação da 10ª Reunião Extraordinária de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Contas da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referente a competência de **Dezembro de 2016**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. São Francisco do Sul – SC, 13 de julho de 2017.

EDUARDA A. S. K. ROCHA Presidente		
MAXIMILIAN SCHARMITZEL Vice-Presidente		ROBERSON ALBERTO MACIEL Secretário
ALESSANDRA MATTAR DEFREI- TAS Conselheira		BEATRIS DIRCE- LHA DOS SAN- TOS Conselheira

Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

ATA DA 7ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPRESF
REUNIÃO ORDINÁRIA – 07/2017

1 Aos dezessete dias do mês de julho de ano de dois mil e dezessete (17/07/2017), às 12:30 (doze horas e trinta e
2 minutos), na Sala de Reuniões do IPRESF, à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no segundo piso, sala 200-A,
3 reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Luciane Janaina Cardoso Romão, Maria José Costa,
4 Beatris Dirce Lha dos Santos e Roberson Alberto Maciel, ausente o conselheiro Maximilian Scharmitzel (em
5 férias). Convocados ordinariamente, em conformidade com o calendário anual de reuniões. A Presidente, Sra.
6 Luciane Janaina efetuou contagem e solicitou que fosse realizado registro de quórum, declarando aberta a
7 reunião. Passou, então, à ordem do dia, que tem na pauta a **Aplicação dos Valores dos Repasses Mensais**. A
8 presidente informou aos presentes que, em consulta à SMO PRIME, a recomendação é pela aplicação dos
9 produtos atrelados ao IFR-M1 da Caixa e do Banco do Brasil. Assim, teríamos o valor do APORTE
10 PREVIDENCIÁRIO R\$289.815,18 aplicados no FUNDO CAIXA BRASILEIRO TÍTULOS PÚBLICOS IFR-M1 (CNPJ:
11 10.740.670/0001-06) e R\$5925.482,24 ONDIDOS EM DUAS PARTES IGUAIS QUE SERÃO DESTINADAS EM 50%
12 (R\$462.841,12) PARA O FUNDO CAIXA BRASILEIRO TÍTULOS PÚBLICOS IFR-M1 (CNPJ: 10.740.670/0001-06) E 50%
13 (R\$462.841,12) PARA O FUNDO BB FIC PREV TÍTULOS PÚBLICOS IFR-M1 (CNPJ: 11.328.882/0001-35). A
14 Presidente informou, ainda, que visando a melhor gestão, a Diretoria Executiva do IPRESF solicitou a abertura de
15 nova conta corrente na Caixa Econômica Federal para movimentação exclusiva dos valores referentes à Tasa
16 Administrativa do IPRESF. Assim, o valor de R\$578.883,55 que estava aplicado em fundo de investimento na
17 antiga conta corrente, será resgatado e aplicado no mesmo fundo de investimento, agora na nova conta
18 corrente. A palavra foi deixada aberta pela Presidente, e sem que os presentes tivessem mais a manifestar a
19 reunião foi dada por encerrada às 13h30. Eu, Roberson Alberto Maciel – Secretário, digitei todos os fatos de
20 forma verdadeira no presente instrumento, que assinado por todos os presentes seguirá em três vias de igual
teor e valor para publicidade e aos arquivos.//////

LUCIANE JANAINA C. ROMÃO PRESIDENTE	BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS MEMBRO	MARIA JOSÉ COSTA MEMBRO
MAI MILIA N SCHAR MITZE L MÉM BRO	ROBE RSO N ALBE RTO MACI EL EL SICH ETÁRI O	Ausente

Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

ATA DA 9ª REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPRESF REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 09/2017	
1	Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete (06/07/2017), às 10:30, na Sala
2	de Reuniões do IPRESF, à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no segundo piso, sala 200-A;
3	reuniram-se os Conselheiros Administrativos: Beatris Dircelha dos Santos, Roberson Alberto
4	Maciel, Eduarda Alcione da Silva Kirchhoff da Rocha e Sr. Maximilian Scharmitzel e a
5	Conselheira Alessandra Mattar Defreitas; Com quórum, os trabalhos foram iniciados e
6	conduzidos pela Presidente, sra. Eduarda. Na ordem do dia constam os seguintes assuntos: 1)
7	Discussão e votação dos Relatórios de Gestão de Agosto, Setembro e Outubro de 2016; 2)
8	Análise e assinatura da minuta da Resolução 14/2017; e 3) Apresentação do PPA pela
9	Diretoria Executiva do IPRESF. O relatório de agosto de 2016 foi analisado, após
10	deliberações, questionamentos e esclarecimentos de dúvidas, o relatório foi colocado em
11	votação e teve sua aprovação lavrada por unanimidade; Passado ao relatório de setembro de
12	2016, o mesmo foi analisado e após discussão e questionamentos, algumas dúvidas não
13	punderam ser esclarecidas em tempo para aprovação nesta reunião, assim o conselho
14	deliberou e decidiu solicitar informações complementares à Diretoria Executiva; Quanto ao
15	relatório de outubro de 2016, o mesmo foi analisado, discutido e colocado em votação teve
16	sua aprovação formalizada por unanimidade. Assim, quanto aos relatórios de gestão
17	restaram aprovados os meses de agosto e outubro de 2016, e a decisão por oficiar a Diretoria
18	Executiva do IPRESF solicitando informações complementares quanto ao relatório de
19	setembro de 2016. Quanto o item 2) Análise e assinatura da Resolução 14/2017, foram
20	solicitadas alterações e estas alterações assim que efetuadas serão apresentadas na próxima
21	reunião deste Conselho no dia 13/07/2017. Foi passada a palavra à Diretora Presidente do
22	IPRESF e Conselheira Beatris Dircelha dos Santos que efetuou a apresentação e
23	esclarecimentos acerca do PPA 2018-2021. Após questionamentos, dúvidas e
24	esclarecimentos o Conselho Administrativo votou favoravelmente pela aprovação do Plano
25	Plurianual. A Presidente ratificou a convocação dos conselheiros para a próxima reunião
26	extraordinária já agendada para 13 de julho de 2017, próxima quinta-feira. Na pauta constam
27	a análise dos relatórios de gestão dos meses de novembro e dezembro de 2016, análise da
28	resposta da Diretoria Executiva do IPRESF quanto ao mês de Setembro de 2016 bem como

Rua Barão do Rio Branco, nº 377, sala 200A – Centro – São Francisco do Sul
CEP: 89240-000 – Telefone: (47) 3449-2068

Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

29	votação do mesmo, e análise e assinatura de resoluções. A pauta fica aberta à alteração até
30	dois dias antes da reunião, conforme prazo regimental. Superada a ordem do dia, ninguém
31	tendo mais nada a declarar, a reunião foi dada por encerrada pela Presidente às 12:20. Eu,
32	Roberson Alberto Maciel, secretário deste conselho, digitei todos os fatos nesta ata, que
33	segue para aprovação, assinaturas, arquivos e
34	publicações.//

Eduarda Alcione da S. K. da Rocha
PRESIDENTE

Maximilian Scharmitzel
VICE-PRESIDENTE

Beatris Dircelha dos Santos
CONSELHEIRA

Alessandra Mattar Defreitas
CONSELHEIRA

Roberson Alberto Maciel
SECRETÁRIO

Rua Barão do Rio Branco, nº 377, sala 200A – Centro – São Francisco do Sul
CEP: 89240-000 – Telefone: (47) 3449-2068

Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

ATA DA 10ª REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPRESF REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – 10/2017	
1	Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete (13/07/2017), às 09:10, na
2	Sala de Reuniões do IPRESF, à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no segundo piso, sala 200-A;
3	reuniram-se os Conselheiros Administrativos: Beatris Dircelha dos Santos, Roberson Alberto
4	Maciel, Eduarda Alcione da Silva Kirchhoff da Rocha e Sr. Maximilian Scharmitzel e a
5	Conselheira Alessandra Mattar Defreitas; Com quórum, os trabalhos foram iniciados e
6	conduzidos pela Presidente, sra. Eduarda. Na ordem do dia constam os seguintes assuntos: 1)
7	Discussão e votação dos Relatórios de Gestão de Setembro, Novembro e Dezembro de
8	2016. Quanto ao relatório do mês de setembro de 2016, o qual havia sido alvo de pedido de
9	informações complementares, teve informações prestadas pela Sra. Beatris, e assim foi
10	regularmente colocado em votação, tendo aprovação unânime neste conselho. Quanto ao
11	relatório de novembro, informações e esclarecimentos foram prestados de forma que não
12	pairaram dúvidas quanto ao mesmo. Assim colocado em votação foi aprovado se votos
13	contrários neste conselho. Em ato contínuo o relatório de dezembro foi colocado em
14	deliberação e votado sem votos contrários à sua aprovação.
15	
16	
17	
18	Superada a ordem do dia, ninguém tendo mais nada a declarar, a reunião foi dada por
19	encerrada pela Presidente às 12:20. Eu, Roberson Alberto Maciel, secretário deste conselho,
20	digitei todos os fatos nesta ata, que segue para aprovação, assinaturas, arquivos e
21	publicações.//
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	

Rua Barão do Rio Branco, nº 377, sala 200A – Centro – São Francisco do Sul
CEP: 89240-000 – Telefone: (47) 3449-2068

Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

29	
30	
31	
32	
33	

Eduarda Alcione da S. K. da Rocha
PRESIDENTE

Maximilian Scharmitzel
VICE-PRESIDENTE

Beatris Dircelha dos Santos
CONSELHEIRA

Alessandra Mattar Defreitas
CONSELHEIRA

Roberson Alberto Maciel
SECRETÁRIO

Rua Barão do Rio Branco, nº 377, sala 200A – Centro – São Francisco do Sul
CEP: 89240-000 – Telefone: (47) 3449-2068

SAMAE

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

Aditivo à Ata de Registro de Preços N.: 004/2016
Contratante.: SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL
Contratada.....: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A
Valor.....: 0,00
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL 006/2016
Objeto.....: Alterar a razão social e CNPJ da empresa contratada;
De: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A., CNPJ
92.821.701/0057-64,
Para: NC COMUNICAÇÕES S.A, CNPJ 79.227.963/0013-16.
Hilton Rodrigo Schetz
Diretor Presidente do SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
FRACASSADA
EDITAL DE LICITAÇÃO 005/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Francisco do Sul/SC, torna público que às 14:00 horas do dia 10/07/2017, procedeu a sessão de abertura da licitação destinada à aquisição de COMBUSTÍVEIS, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para o SAMAE, e a mesma restou fracassada. Demais informações podem ser obtidas, diariamente das 12:00 às 18:00 horas, no escritório do SAMAE (Departamento de Compras), sito à Rua: Sete de Setembro, 93 – Centro - São Francisco do Sul/SC, ou pelo e-mail: compras3@samaesfs.com.br.
HILTON RODRIGO SCHETZ
Diretor Presidente do SAMAE.

EDITAL DE LICITAÇÃO 006/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Francisco do Sul/SC, torna público que às 14:00 horas do dia 31/07/2017, procederá a sessão de abertura da licitação destinada à aquisição de COMBUSTÍVEIS, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para o SAMAE. Demais informações podem ser obtidas, diariamente das 12:00 às 18:00 horas, no escritório do SAMAE (Departamento de Compras), sito à Rua: Sete de Setembro, 93 – Centro - São Francisco do Sul/SC, ou pelo e-mail: compras3@samaesfs.com.br.
HILTON RODRIGO SCHETZ
Diretor Presidente do SAMAE.